

# Novo pacote de elétricas atrai estrangeiros

Os processos de venda das concessionárias CEEE (RS), CEB (DF) e CEA (AP) estão mais adiantados que o da mineira Cemig

Por Rodrigo Polito — Do Rio

21/10/2019 05h00 · Atualizado há 7 horas

## Cardápio recheado

Novo pacote de privatizações elétricas inclui estatais estaduais

Empresa	CEEE-GT	CEEE-D	CEB	CEA	Cemig D	Cemig GT
Estado	RS	RS	DF	AP	MG	MG
Setor	Geração e Transmissão	Distribuição	Geração, transmissão e distribuição	Distribuição	Distribuição	Geração e Transmissão
Clientes (em mil)	-	1724,1	1080,9	204,9	8.427,1	-
Mercado (em GWh/ano)	-	6789	5581	1053	2.5321	4.953
Parque gerador (MW)	1267,27	-	682,07	-	-	6.100
Empregados	1.091	2.291	908	631*	4.399	1.366
Estágio atual	BNDES está em fase de contratação de prestador de serviço para fazer modelo de privatização		Governo do DF contratou o BNDES para fazer o suporte técnico da desestatização	Aguarda definição pelo MME de leilão para contratação de novo concessionário	Proposta de privatização da empresa será apresentada à Assembleia Legislativa de MG	

Fonte: Abradee e as próprias empresas \* Em 2017

Depois da venda das distribuidoras da Eletrobras no ano passado, um novo pacote de privatizações de elétricas se avizinha, desta vez em âmbito estadual. Em estágio mais avançado estão os processos da CEEE (RS), CEB (DF) e CEA (AP). Em um passo mais atrás, está a desestatização da Cemig (MG), que demandará mais esforço político do governador mineiro Romeu Zema, já que a companhia é uma espécie de “Petrobras” dos mineiros.

Considerando os dados das quatro estatais estaduais, estão em jogo um mercado de 11,4 milhões de clientes e um parque gerador de mais de 8 mil megawatts (MW) de capacidade, com uma força de trabalho de 10,7 mil empregados.

Apesar do apoio do governo federal para impulsionar as vendas, via suporte técnico do BNDES, uma luz de alerta foi acesa na última semana, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), sob forte pressão de políticos locais, negou a revisão extraordinária de tarifas de três distribuidoras recém-privatizadas.

Enquanto as empresas da Eletrobras foram arrematadas por investidores nacionais - a Equatorial Energia levou Cepisa (PI) e Ceal (AL); a Energisa ficou com Ceron (RO) e Eletroacre (AC); e o consórcio Oliveira Energia/Atem assumiu o controle de Amazonas Energia (AM) e Boa Vista Energia (RR) -, a expectativa é que o novo conjunto de privatizações atraia grupos estrangeiros, entre eles a italiana Enel e a chinesa State Grid, que já sinalizaram interesse em novos ativos do tipo no Brasil.

Também estão no páreo a espanhola Iberdrola, controladora da Neoenergia, e a EDP, de capital português e chinês, que aumentou em 2018 sua participação para 23,56% na catarinense Celesc.

Entre as elétricas previstas para serem colocadas à venda, a gaúcha Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) são as que estão com o processo de privatização mais adiantado.

No início do ano, o BNDES contratou a Investor Consulting Partners Consultoria e um consórcio formado pela Deloitte Touche Tohmatsu e a Fialho Canabrava Andrade Salles Advogados para a prestação de serviços relacionados à licitação da CEA.

No caso da CEEE, a privatização já tem aprovação da Assembleia Legislativa do Estado. Com isso, o BNDES já iniciou processo para contratar empresas para prestar serviço para a licitação da companhia gaúcha. Ainda não há uma definição clara se será colocada à venda a empresa inteira ou se a operação será separada entre o braço de distribuição (CEEE-D) e o de geração e transmissão (CEEE-GT).

No caso da Companhia Energética de Brasília (CEB), foi assinado em agosto um contrato prevendo que o BNDES dê o suporte técnico no processo de desestatização.

O caso da Cemig é, de fato, bem mais delicado. Além da aprovação na Assembleia Legislativa, de acordo com a Constituição estadual, a privatização da elétrica precisa passar por um referendo popular. O governo mineiro trabalha em uma proposta de emenda à Constituição para revogar a necessidade do referendo. Ao **Valor** na última semana, o governador Romeu Zema reafirmou o plano de desestatizar a Cemig.

Na outra ponta, entre os potenciais compradores, o presidente mundial da Enel, Francesco Starace, disse que uma potencial aquisição da CEB “faría sentido” para o grupo. Isso porque haveria sinergia com a goiana Celg, adquirida em 2016, por R\$ 2,2 bilhões. “Não é um mercado em que podemos simplesmente decidir comprar, alguém tem que vender. Não sabemos o que haverá no mercado em 2020 no Brasil. Poderia ser [a distribuidora de] Brasília. Vamos olhar as oportunidades”, afirmou Starace, em evento em São Paulo.

A estratégia é a mesma da chinesa State Grid. Dona da CPFL Energia, que possui ativos de distribuição em São Paulo e Rio Grande do Sul, a companhia admite o interesse por novos ativos no país, entre eles distribuidoras. “Temos interesse em aquisições [no Brasil], se estiverem em conformidade com os planos do grupo”, disse o presidente da filial no Brasil, Chang Zhongjiao, na semana passada.

Por outro lado, além de estarem envolvidas com os bilionários compromissos de investimentos assumidos para readequar as condições operacionais das distribuidoras adquiridas da Eletrobras, as elétricas nacionais têm outro motivo para terem cautela com relação à nova fase de privatizações.

Na última semana, a Aneel negou pedidos de revisão tarifária extraordinária de três distribuidoras recém-privatizadas: Cepisa, Ceron e Eletroacre. A revisão era uma possibilidade prevista no contrato firmado pelas novas controladoras. A decisão da autarquia, porém, ocorreu sob forte pressão de políticos dos respectivos estados, presentes à reunião da diretoria da agência - transmitida ao vivo pela internet - para criticar possível alta tarifária.

Oficialmente, a Aneel entendeu que os laudos apresentados pelas distribuidoras tinham inconsistências e que não atendiam a qualidade e o prazo requeridos pela regulação do setor. A medida, porém, foi vista por especialistas do setor elétrico como um risco inclusive para as futuras privatizações.

“Foi assustador o que aconteceu no processo de decisão da Aneel. A agência foi constrangida em um limite que eu nunca tinha visto”, disse **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**. “Parlamentares pediram a palavra e fizeram discursos políticos, ao arrepio das regras que estavam sendo discutidas”.

Segundo estimativas do J.P. Morgan, a não realização das revisões extraordinárias terão um impacto no Ebitda de R\$ 350 milhões para a Energisa e de R\$ 225 milhões para a Equatorial. O banco acrescentou que a Aneel está caminhando para um modelo de regulação mais rigoroso.

De acordo com as regras da Aneel, as companhias poderão fazer novo pedido em dezembro e submeter um novo laudo em junho de 2020, para uma possível revisão extraordinária em dezembro do mesmo ano. **(Colaboraram Tais Hirata, de São Paulo, e Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte)**